

A. I. Nº - 269199.0003/14-3
AUTUADO - CENCOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA.
AUTUANTE - SAYONARA AGUIAR PEREIRA RODRIGUES
ORIGEM - IFEP COMÉRCIO
PUBLICAÇÃO - INTERNET - 29.10.2015

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0176-01/15

EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. **a)** SAÍDAS SUBSEQUENTES EFETUADAS COM ISENÇÃO DO IMPOSTO. Infração reconhecida. **b)** VALOR SUPERIOR AO DESTACADO NOS DOCUMENTOS FISCAIS. Infração reconhecida. **c)** MERCADORIAS ADQUIRIDAS COM PAGAMENTO DO IMPOSTO PELO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. Infração reconhecida. **d)** BENS DO ATIVO PERMANENTE. Alegação defensiva de que os valores exigidos neste item da autuação já haviam sido estornados, conforme planilha demonstrativa do crédito lançado no livro Registro de Apuração do ICMS restou comprovada. Admitiu o impugnante a existência de um pequeno valor remanescente do débito. A própria autuante na informação fiscal reconheceu assistir razão ao autuado. Infração parcialmente subsistente. **e)** MATERIAL DE CONSUMO. Alegação defensiva de que os valores exigidos neste item da autuação já haviam sido estornados, conforme planilha demonstrativa do crédito lançado no livro Registro de Apuração do ICMS restou comprovada. A própria autuante na informação fiscal admitiu descaber a exigência fiscal. Infração insubsistente. 2. ALÍQUOTA. ERRO NA SUA DETERMINAÇÃO. O autuado reconheceu parcialmente a conduta infracional apontada. Consignou o seu inconformismo apenas quanto às mercadorias cujas saídas são amparadas pela redução da base de cálculo prevista no art. 87, V, § 7º, do RICMS/BA/97, que não foi considerada pela Fiscalização. A própria autuante na informação fiscal corrigiu o equívoco incorrido, apontado pelo impugnante. Refez os cálculos aplicando a redução da base de cálculo corretamente, o que resultou na redução do débito. Infração parcialmente subsistente. 3. BASE DE CÁLCULO. ERRO NA SUA DETERMINAÇÃO. Infração reconhecida. Indeferido o pedido de diligência. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 14/12/2014, formaliza a exigência de ICMS no valor de R\$1.340.066,85, em decorrência do cometimento das seguintes infrações à legislação do ICMS imputadas ao autuado:

1. Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a aquisição de mercadorias beneficiadas com isenção do imposto, nos meses de fevereiro, abril, maio, julho a setembro de 2010, julho de 2012, sendo exigido ICMS no valor de R\$67.373,00, acrescido da multa de 60%;

2. Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS em valor superior ao destacado nos documentos fiscais, nos meses de julho a novembro de 2011, sendo exigido ICMS no valor de R\$275.817,35, acrescido da multa de 60%;
3. Recolheu a menos ICMS em razão de aplicação de alíquota diversa da prevista na legislação nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas, nos meses de julho a dezembro de 2011, janeiro a agosto, outubro a dezembro de 2012, janeiro de 2013, sendo exigido ICMS no valor de R\$257.475,36, acrescido da multa de 60%;
4. Recolheu a menos ICMS em decorrência de erro na determinação da base de cálculo do imposto nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas, nos meses de julho a dezembro de 2011, janeiro a dezembro de 2012, janeiro e março de 2013, sendo exigido ICMS no valor de R\$498.405,10, acrescido da multa de 60%;
5. Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a mercadorias adquiridas com pagamento de imposto por substituição tributária, nos meses de julho a novembro de 2011, fevereiro a abril de 2013, sendo exigido ICMS no valor de R\$16.623,66, acrescido da multa de 60%;
6. Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a mercadorias adquiridas para integrar o ativo permanente do estabelecimento, nos meses de junho, julho, outubro e dezembro de 2011, janeiro, fevereiro, março, maio a dezembro de 2012, janeiro, março a junho de 2013, sendo exigido ICMS no valor de R\$224.241,58, acrescido da multa de 60%;
7. Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento, no mês de fevereiro de 2012, sendo exigido ICMS no valor de R\$130,80, acrescido da multa de 60%.

O autuado apresentou defesa (fls. 235 a 245) afirmando que existe necessidade de revisão do Auto de Infração. Registra que efetuará o pagamento do valor total do débito exigido nas infrações 01,02, 04 e 05.

Relativamente à infração 03, afirma que a autuação necessita ser revisada, pois houve equívoco na planilha da Fiscalização, haja vista que para alguns itens não foi calculado o benefício da redução de base de cálculo, conforme previsto no art. 87, inciso V, do Regulamento do ICMS do Estado da Bahia – RICMS/BA, aprovado pelo Decreto nº 6.284/97, vigente de 01/04/1997 a 31/03/2012, cuja redação transcreve.

Explica que a planilha da Fiscalização não considerou para alguns casos de periféricos de informática, “hardware”, que o cálculo precisa ser feito porque não considerou o percentual de redução de base de cálculo.

Diz que no intuito de colaborar com a busca da verdade material, anexou planilha demonstrativa do estorno do crédito utilizado pela própria Fiscalização com o cálculo que refez, demonstrando os valores a serem excluídos para o exercício de 2011, conforme CD anexado (Doc. 03).

Conclui que, desse modo, o valor total desta infração de R\$257.475,36, após as exclusões no valor total de R\$4.084,04, resta um saldo devedor a pagar no valor total de R\$253.391,32.

Quanto à infração 06, sustenta que necessita ser revisada, pois os valores já foram estornados conforme livro Registro de Apuração do ICMS. Diz que no intuito de colaborar na busca da verdade material anexou planilha demonstrativa do crédito lançado no livro Registro de Apuração do ICMS, apresentando os valores a serem excluídos, bem como os livros Registro de Apuração do ICMS em formato txt, comprovando tal fato, conforme CD anexado (Doc. 03).

Conclui que, assim sendo, do valor total da infração de R\$224.241,58, após as exclusões no valor total de R\$224.047,94, resta um saldo devedor a pagar no valor total de R\$193,64.

No respeitante à infração 07, alega que deve ser anulada, haja vista que os valores apontados já foram estornados conforme livro Registro de Apuração do ICMS.

Consigna que para colaborar com a busca da verdade material anexou planilha demonstrativa do crédito lançado no livro Registro de Apuração do ICMS, apresentando os valores a serem excluídos, bem como os livros de Registro de Apuração do ICMS em formato txt, comprovando tal fato, conforme CD anexado (Doc.03).

Conclui que do valor total da infração de R\$130,80, após as exclusões no valor total de R\$130,80, não resta saldo devedor a pagar.

Prosseguindo, invoca o princípio da verdade material, para manifestar o entendimento de que há necessidade de uma diligência fiscal porque o processo administrativo fiscal é regido pelo princípio da verdade material, não se limitando aos aspectos formais, procedimentais, mas visa, sobretudo, o julgamento fiel à realidade dos fatos, o que representa a cobrança de um suposto débito pelo seu valor real, o que revela uma injustiça do ponto de vista fiscal. Nesse sentido, reproduz o art. 2º do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal – RPAF/99 – aprovado pelo Decreto nº 7.629/99.

Requer a realização de diligência pela ASTEC/CONSEF, nos termos dos art. 137, I, “a” do RPAF/99, com a finalidade de verificação e confirmação do equívoco da Fiscalização ao não usar o percentual de redução de base de cálculo (Infração 03), bem como a confirmação que os valores cobrados já foram estornados conforme Relatório de Estorno de Crédito e lançado no livro Registro de Apuração do ICMS (Infrações 06 e 07).

Finaliza a peça defensiva requerendo que o Auto de Infração seja julgado parcialmente procedente.

A autuante prestou informação fiscal (fls. 265/266) registrando que o autuado informou que efetuará o pagamento das infrações 01, 02, 04 e 05.

No que tange à alegação defensiva atinente à infração 03, admite assistir razão ao autuado.

Esclarece que a mercadoria MONITOR LCD AOC LED 943 18.5 - Cód. 0001204012, está contemplada pela redução prevista no dispositivo acima citado e no cálculo realizado pela Fiscalização não foi considerada a redução, conforme pode ser observado na planilha “DEB_A_MENOR_ERRO_APLIC_ALÍQ_2011 (PASTA 2011 DO CD À FL 215) do PAF” e no CD (DOC. 3) fl. 261, anexado ao processo pelo autuado.

Registra que os cálculos referentes à citada mercadoria foram refeitos, considerando a devida redução e se chegou a um total da infração de R\$253.391,32, após a exclusão do valor de R\$4.084,04.

Quanto à infração 06, consigna que o autuado alega e comprova por meio dos arquivos dos livros Registro de Apuração de ICMS, em CD anexado à fl. 261 dos autos, que foram feitos os estornos de quase a totalidade do crédito lançado indevidamente, restando apenas um valor a pagar no total de R\$193,64.

Relativamente à infração 07, diz que o autuado alega e comprova por meio dos arquivos dos livros Registro de Apuração de ICMS, em CD anexado à fl. 261 dos autos, que foram feitos os estornos da totalidade do crédito lançado indevidamente, não restando valor a recolher nesta infração.

Finaliza a peça informativa opinando pela procedência parcial do Auto de Infração.

VOTO

O Auto de Infração em exame versa sobre o cometimento de sete infrações à legislação do ICMS imputadas ao autuado. Entre as referidas imputações o autuado reconheceu a procedência das infrações 01, 02, 04 e 05, inclusive informando que efetuará o pagamento do valor total do débito apontado nestes itens da autuação. Impugna parcialmente as infrações 03 e 06 e integralmente a infração 07.

Inicialmente, no que tange as infrações 01, 02, 04 e 05, o reconhecimento pelo impugnante das irregularidades apontadas nestes itens da autuação, inclusive com a indicação de que efetuará o pagamento, confirma o acerto da autuação, sendo indubitoso que são todas subsistentes.

Quanto às infrações impugnadas, no caso 03, 06 e 07, cabe-me consignar que não vislumbro a necessidade de realização da diligência requerida pelo impugnante, haja vista que os elementos contidos nos autos são suficientes para formação do meu convencimento sobre a decisão da lide.

Diante disso, indefiro o pedido de diligência, com fulcro no art. 147, I, “a”, do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal - RPAF/99 – aprovado pelo Decreto nº 7.629/99.

Passo ao exame das infrações impugnadas.

No que diz respeito à infração 03, verifico que o impugnante alega que a Fiscalização não observou que em alguns itens de mercadorias não foi considerado o benefício da redução de base de cálculo, previsto no art. § 7º, inciso V, do Regulamento do ICMS do Estado da Bahia – RICMS/BA, aprovado pelo Decreto nº 6.284/97, vigente de 01/04/1997 a 31/03/2012. Aduz que a planilha da Fiscalização não considerou para alguns casos de periféricos de informática, “hardware”, o percentual de redução de base de cálculo. Registra que no intuito de colaborar com a busca da verdade material, anexou planilha demonstrativa do estorno do crédito utilizado pela própria Fiscalização com o cálculo que refez, demonstrando os valores a serem excluídos para o exercício de 2011, conforme CD que acostou aos autos.

Assevera que o valor total desta infração de R\$257.475,36, após as exclusões no valor total de R\$4.084,04, resta um saldo devedor a pagar no valor total de R\$253.391,32.

Observo, ainda, que na informação fiscal a autuante admite assistir razão ao impugnante. Diz que a mercadoria “MONITOR LCD AOC LED 943 18.5 - Cód. 0001204012” está contemplada pela redução prevista no art. 87, inciso V, do RICMS/BA/97, e que no cálculo realizado não foi considerado o referido benefício fiscal, conforme pode ser observado na planilha DEB_A_MENOR_ERRO_APLIC_ALÍQ_2011 (PASTA 2011 DO CD À FL 215) do PAF. No CD (DOC. 3) fl. 261, acostada aos autos. Registra que refez os cálculos referentes à citada mercadoria, considerando a redução da base de cálculo, o que resultou no valor do ICMS exigido de R\$253.391,32, após a exclusão do valor de R\$4.084,04.

Efetivamente, não há o que se discutir neste item da autuação. A própria autuante na informação fiscal corrigiu o equívoco incorrido, apontado pelo impugnante, refez os cálculos aplicando a redução da base de cálculo corretamente, o que resultou na redução do ICMS exigido para R\$253.391,32.

Diante disso, acolho o resultado apresentado pela autuante na informação fiscal, sendo este item da autuação parcialmente subsistente.

No tocante à infração 06, alega o impugnante que os valores exigidos neste item da autuação já haviam sido estornados, conforme planilha demonstrativa do crédito lançado no livro Registro de Apuração do ICMS, na qual apresenta os valores a serem excluídos, bem como os livros Registro de Apuração do ICMS em formato txt, comprovando tal fato, conforme CD anexado aos autos.

Admite que do valor total do ICMS exigido neste item da autuação de R\$224.241,58, após as exclusões no valor total de R\$224.047,94, remanesce um saldo devedor a pagar no valor total de R\$193,64.

A autuante na informação fiscal consigna que o autuado alega e comprova por meio dos arquivos dos livros Registro de Apuração de ICMS, em CD anexado à fl. 261 dos autos, que foram feitos os estornos de quase a totalidade do crédito lançado indevidamente, restando apenas um valor a pagar no total de R\$193,64.

Também neste item da autuação não há o que se discutir. O autuado, antes do início da ação fiscal, já identificara a impropriedade de lançamento do crédito fiscal e, desse modo, procedera ao estorno dos valores lançados indevidamente. Apresentou elementos hábeis de provas que confirmam o alegado. A própria autuante na informação fiscal reconheceu assistir razão ao autuado, admitindo como devido apenas o valor do ICMS apontado pelo impugnante de R\$193,64.

Assim sendo, este item da autuação é parcialmente subsistente no valor do ICMS devido de R\$193,64.

Relativamente à infração 07, alega o impugnante que deve ser anulada, haja vista que os valores apontados já haviam sido estornados, conforme planilha demonstrativa do crédito lançado no livro Registro de Apuração do ICMS, na qual apresenta os valores a serem excluídos, bem como os livros Registro de Apuração do ICMS, comprovando tal fato, conforme CD anexado aos autos.

A própria autuante na informação fiscal reconhece que assiste razão ao autuado. Consigna que o autuado alega e comprova por meio dos arquivos dos livros Registro de Apuração de ICMS, em CD anexado à fl. 261 dos autos, que foram feitos os estornos da totalidade do crédito lançado indevidamente, não restando valor a recolher nesta infração.

Neste item da autuação também não há o que discutir. A conduta infracional imputado ao autuado não ocorreu, haja vista que este efetuara o estorno do valor exigido antes do início da ação fiscal. A própria autuante na informação fiscal admitiu descaber a exigência fiscal.

Diante disso, este item da autuação é insubsistente.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **269199.0003/14-3**, lavrado contra **CENCOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$1.111.804,10**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, incisos II, “a”, VII, “a” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Esta Junta de Julgamento Fiscal recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art. 169 inciso I, alínea “a”, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 13.537/11, com efeitos a partir de 20/12/11.

Sala das Sessões do CONSEF, 01 de outubro de 2015.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO - JULGADOR

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO - JULGADOR